

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

# MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

**38<sup>a</sup>** revista,  
atualizada  
e ampliada  
edição

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 09.01.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2024 by*  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

C323m  
38. ed.

Carvalho Filho, José dos Santos  
Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. - 38. ed., rev.,  
atual. e ampl. - Barueri [SP] : Atlas, 2024.  
1168 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5977-606-1

1. Direito administrativo - Brasil. I. Título.

23-87578

CDU: 342.9(81)



---

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

# Sumário

<b>Capítulo 1. Direito Administrativo e Administração Pública</b> .....	<b>1</b>
<b>I. Introdução</b> .....	<b>1</b>
1. O Estado.....	1
2. Poderes e Funções.....	2
3. Função Administrativa.....	3
4. Federação.....	4
4.1. Características.....	5
4.2. Autonomia: Capacidade de Autoadministração.....	5
5. Direito Administrativo.....	6
5.1. Breve Introdução.....	6
5.2. Conceito.....	6
5.3. Relações com Outros Ramos Jurídicos.....	7
<b>II. Administração Pública: Sentidos</b> .....	<b>9</b>
1. Sentido Objetivo.....	9
2. Sentido Subjetivo.....	10
<b>III. Órgãos Públicos</b> .....	<b>10</b>
1. Introdução.....	10
2. A Relação Órgão/Pessoa.....	10
2.1. Característica Básica.....	11
2.2. Criação e Extinção.....	11
3. Teorias de Caracterização do Órgão.....	12
4. Conceito.....	13
5. Capacidade Processual.....	13
6. Classificação.....	14
<b>IV. Agentes Públicos</b> .....	<b>15</b>
<b>V. Princípios Administrativos</b> .....	<b>15</b>
1. Princípios Expressos.....	16
1.1. Princípio da Legalidade.....	16
1.2. Princípio da Impessoalidade.....	17
1.3. Princípio da Moralidade.....	18
1.4. Princípio da Publicidade.....	22
1.5. Princípio da Eficiência.....	25
2. Princípios Reconhecidos.....	29
2.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	29
2.2. Princípio da Autotutela.....	30
2.3. Princípio da Indisponibilidade.....	31
2.4. Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	31
2.5. Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança).....	32
2.6. Princípio da Precaução.....	35
3. O Princípio da Razoabilidade.....	35
4. O Princípio da Proporcionalidade.....	37
<b>VI. Súmulas</b> .....	<b>38</b>
<b>Capítulo 2. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos</b> .....	<b>39</b>
<b>I. Introdução</b> .....	<b>39</b>
<b>II. Uso e Abuso de Poder</b> .....	<b>39</b>

1.	Uso do Poder .....	39
2.	Poder-Dever de Agir .....	40
3.	Abuso do Poder .....	41
3.1.	Sentido .....	41
3.2.	Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder .....	41
3.3.	Efeitos .....	42
3.4.	Abuso de Poder e Ilegalidade .....	43
3.5.	Abuso de Autoridade .....	44
III.	<b>Poderes Administrativos</b> .....	45
1.	Conceito .....	45
2.	Modalidades .....	45
2.1.	Poder Discricionário .....	45
2.2.	Poder Regulamentar .....	50
2.3.	Poder de Polícia .....	57
IV.	<b>Deveres dos Administradores Públicos</b> .....	57
1.	Dever de Probidade .....	57
2.	Dever de Prestar Contas .....	58
3.	Dever de Eficiência .....	59
V.	<b>Hierarquia e Disciplina</b> .....	60
1.	Hierarquia .....	60
1.1.	Efeitos .....	60
1.2.	Subordinação e Vinculação .....	61
1.3.	Hierarquia e Funções Estatais .....	61
2.	Disciplina Funcional .....	62
2.1.	Sentido .....	62
2.2.	Direito Penal e Direito Punitivo Funcional .....	62
2.3.	Procedimento de Apuração .....	64
<b>Capítulo 3.</b>	<b>Poder de Polícia</b> .....	65
I.	<b>Introdução</b> .....	65
II.	<b>Sentido Amplo e Estrito</b> .....	65
III.	<b>Conceito</b> .....	66
IV.	<b>Poder de Polícia no Direito Positivo</b> .....	66
V.	<b>Competência</b> .....	67
VI.	<b>Poder de Polícia Originário e Delegado</b> .....	69
VII.	<b>Polícia Administrativa e Polícia Judiciária</b> .....	71
VIII.	<b>Fundamentos</b> .....	72
IX.	<b>Finalidade</b> .....	72
X.	<b>Âmbito de Incidência</b> .....	73
XI.	<b>Atuação da Administração</b> .....	73
1.	Atos Normativos e Concretos .....	73
2.	Determinações e Consentimentos Estatais .....	73
3.	Atos de Fiscalização .....	75
XII.	<b>Limites</b> .....	75
XIII.	<b>Características</b> .....	75
1.	Discricionariedade e Vinculação .....	75
2.	Autoexecutoriedade .....	76
3.	Coercibilidade .....	78
XIV.	<b>Legitimidade da Polícia Administrativa</b> .....	79
1.	Requisitos Gerais de Validade .....	79
2.	Princípio da Proporcionalidade .....	79
XV.	<b>Sanções de Polícia</b> .....	80
XVI.	<b>Súmulas</b> .....	82
<b>Capítulo 4.</b>	<b>Ato Administrativo</b> .....	85
I.	<b>Introdução</b> .....	85
1.	Fatos Administrativos .....	85
2.	Atos da Administração .....	86

3.	Atos Jurídicos e Atos Administrativos.....	87
<b>II.</b>	<b>Conceito</b> .....	88
1.	Sujeitos da Manifestação de Vontade.....	89
2.	Regime Jurídico de Direito Público.....	89
3.	Silêncio Administrativo.....	90
<b>III.</b>	<b>Elementos</b> .....	92
1.	Competência.....	93
1.1.	Sentido.....	93
1.2.	Fonte.....	93
1.3.	Características.....	94
1.4.	Critérios Definidores da Competência.....	94
1.5.	Delegação e Avocação.....	94
2.	Objeto.....	95
2.1.	Sentido.....	95
2.2.	Requisitos de Validade.....	96
2.3.	Discricionariedade e Vinculação.....	96
3.	Forma.....	97
3.1.	Sentido.....	97
3.2.	Requisito de Validade.....	97
3.3.	Princípio da Solenidade.....	97
4.	Motivo.....	98
4.1.	Sentido.....	98
4.2.	Discricionariedade e Vinculação.....	98
4.3.	Motivo e Motivação.....	99
4.4.	Teoria dos Motivos Determinantes.....	102
4.5.	Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato.....	103
5.	Finalidade.....	104
5.1.	Sentido.....	104
5.2.	Finalidade e Objeto.....	104
<b>IV.</b>	<b>Características</b> .....	105
1.	Imperatividade.....	105
2.	Presunção de Legitimidade.....	105
3.	Autoexecutoriedade.....	106
<b>V.</b>	<b>Mérito Administrativo</b> .....	107
1.	Sentido.....	107
2.	Vinculação e Discricionariedade.....	108
3.	Controle do Mérito.....	108
<b>VI.</b>	<b>Formação e Efeitos</b> .....	110
1.	Perfeição.....	110
2.	Eficácia.....	110
3.	Exequibilidade.....	110
4.	Validade.....	111
<b>VII.</b>	<b>Classificação</b> .....	111
1.	Critério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais.....	111
2.	Critério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão.....	112
3.	Critério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários.....	112
4.	Critério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos.....	113
5.	Critério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos.....	114
6.	Critério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis.....	114
7.	Critério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios.....	115
<b>VIII.</b>	<b>Espécies</b> .....	115
1.	Espécies Quanto à Forma de Exteriorização.....	116
1.1.	Decretos e Regulamentos.....	116
1.2.	Resoluções, Deliberações e Regimentos.....	117
1.3.	Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos.....	118
1.4.	Alvarás.....	118
1.5.	Ofícios.....	118
1.6.	Pareceres.....	118
1.7.	Certidões, Atestados e Declarações.....	120
1.8.	Despachos.....	121
2.	Espécies Quanto ao Conteúdo.....	121

2.1.	Licença.....	121
2.2.	Permissão.....	122
2.3.	Autorização.....	125
2.4.	Admissão.....	126
2.5.	Aprovação, Homologação e Visto.....	126
2.6.	Atos Sancionatórios.....	127
2.7.	Atos Funcionais.....	129
IX.	<b>Procedimento Administrativo</b> .....	129
X.	<b>Extinção dos Ato Administrativos</b> .....	130
1.	Extinção Natural.....	130
2.	Extinção Subjetiva.....	130
3.	Extinção Objetiva.....	130
4.	Caducidade.....	131
5.	Desfazimento Volitivo.....	131
XI.	<b>Invalidação (ou Anulação)</b> .....	131
1.	Teoria das Nulidades.....	131
1.1.	Introdução.....	131
1.2.	As Nulidades no Direito Privado.....	132
1.3.	A Controvérsia Doutrinária.....	132
1.4.	A Terminologia Adotada.....	133
2.	Conceito e Pressuposto.....	133
3.	Quem Pode Invalidar.....	134
4.	Dever de Invalidar.....	135
5.	Autotutela e Contraditório.....	137
6.	Efeitos.....	139
7.	Convalidação.....	140
XII.	<b>Revogação</b> .....	142
1.	Conceito.....	142
2.	Pressuposto.....	143
3.	Fundamento.....	143
4.	Origem.....	143
5.	Efeitos.....	144
6.	Inocorrência.....	144
7.	Revogação da Revogação.....	145
XIII.	<b>Súmulas</b> .....	146
<b>Capítulo 5. Contratos Administrativos</b> .....		147
I.	<b>Introdução</b> .....	147
II.	<b>Contratos e Licitações</b> .....	147
III.	<b>Contratos da Administração Pública</b> .....	148
1.	Contratos Privados da Administração.....	148
2.	Contratos Administrativos.....	149
IV.	<b>Conceito</b> .....	149
V.	<b>Fontes Normativas</b> .....	150
1.	Fonte Constitucional.....	150
2.	Fonte Legislativa.....	151
2.1.	Lei Básica.....	151
2.2.	A Aplicabilidade Concomitante.....	151
2.3.	Abrangência.....	152
VI.	<b>Princípios</b> .....	152
VII.	<b>Sujeitos do Contrato</b> .....	153
VIII.	<b>Relação Contratual</b> .....	154
1.	Natureza jurídica.....	154
2.	Posição Preponderante da Administração.....	154
IX.	<b>Prerrogativas da Administração</b> .....	155
X.	<b>Modalidades Contratuais</b> .....	156
1.	Objeto como Ponto Diferencial.....	156
2.	Contratação de Compras (Fornecimento).....	157
3.	Contratação de Obras e Serviços de Engenharia.....	158
4.	Contratação de Serviços.....	159

5. Outras Contratações .....	160
6. Contratos de Publicidade .....	160
<b>XI. Formalização</b> .....	161
<b>XII. Garantias</b> .....	162
<b>XIII. Alocação de Riscos</b> .....	163
<b>XIV. Duração e Prorrogação dos Contratos</b> .....	164
<b>XV. Execução do Contrato</b> .....	165
<b>XVI. Inexecução do Contrato</b> .....	166
<b>XVII. Alteração do Contrato</b> .....	168
<b>XVIII. Extinção do Contrato</b> .....	170
1. Sentido .....	170
2. Cumprimento do Objeto .....	171
3. Advento do Termo Final .....	171
4. Hipóteses de Extinção .....	171
5. Fontes da Extinção Contratual .....	172
6. Efeitos da Extinção .....	173
<b>XIX. Recebimento do Objeto do Contrato</b> .....	173
<b>XX. Pagamentos</b> .....	174
<b>XXI. Invalidação dos Contratos</b> .....	175
<b>XXII. Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias</b> .....	176
<b>XXIII. Irregularidades</b> .....	176
1. Infrações e Sanções Administrativas .....	177
2. Impugnações, Pedidos de Esclarecimento e Recursos .....	179
3. Controle das Contratações .....	180
<b>XXIV. Crimes</b> .....	181
<b>XXV. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)</b> .....	183
<b>XXVI. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b> .....	183
<b>XXVII. Convênios Administrativos</b> .....	184
<b>XXVIII. Consórcios Públicos</b> .....	187
<b>XXIX. Súmulas</b> .....	193
<b>Capítulo 6. Licitação</b> .....	195
<b>I. Introdução</b> .....	195
<b>II. Conceito</b> .....	195
<b>III. Natureza Jurídica</b> .....	196
<b>IV. Fontes Normativas</b> .....	196
1. Fonte Constitucional .....	196
2. Fonte Legislativa .....	197
2.1. Lei Básica .....	197
2.2. A Aplicabilidade Concomitante .....	197
<b>V. Destinatários</b> .....	197
<b>VI. Fundamentos</b> .....	198
1. Moralidade Administrativa .....	198
2. Igualdade de Oportunidades .....	199
<b>VII. Princípios</b> .....	199
1. Princípio da Legalidade .....	200
2. Princípios da Moralidade, da Impessoalidade e da Probidade Administrativa .....	200
3. Princípio da Igualdade .....	200
4. Princípio da Publicidade .....	201
5. Princípio da Vinculação ao Edital .....	201
6. Princípio do Julgamento Objetivo .....	202
7. Princípio da Competitividade .....	202
8. Princípios da Eficiência, Eficácia, Economicidade e Celeridade .....	202
9. Princípio do Interesse Público .....	203
10. Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade .....	203
11. Princípios da Motivação e Segurança Jurídica .....	204
12. Princípio do Planejamento .....	204
13. Princípio da Segregação de Funções .....	205
14. Princípio do O desenvolvimento Nacional Sustentável .....	205
<b>VIII. Processo Licitatório</b> .....	205

<b>IX. Fase Preparatória</b> .....	<b>206</b>
1. Instrução .....	206
2. Modalidades .....	208
2.1. Noções Gerais .....	208
2.2. Concorrência .....	208
2.3. Pregão .....	208
2.4. Concurso .....	209
2.5. Leilão .....	209
2.6. Diálogo Competitivo .....	209
3. Critérios de Julgamento .....	210
3.1. Critérios Gerais .....	210
3.2. Maior Retorno Econômico e Contrato de Eficiência .....	210
<b>X. Divulgação do Edital</b> .....	<b>211</b>
<b>XI. Propostas e Lances</b> .....	<b>212</b>
<b>XII. Julgamento</b> .....	<b>212</b>
<b>XIII. Habilitação</b> .....	<b>213</b>
1. Aspectos Gerais .....	213
2. Habilitação Jurídica .....	214
3. Habilitação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional .....	214
4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista .....	215
5. Habilitação Econômico-Financeira .....	215
<b>XIV. Encerramento da Licitação</b> .....	<b>216</b>
<b>XV. Contratação Direta</b> .....	<b>217</b>
1. Processo de Contratação Direta .....	217
2. Inexigibilidade de Licitação .....	218
3. Dispensa de Licitação .....	220
3.1. Noções Gerais .....	220
3.2. Critério de Valor .....	221
3.3. Licitação Fracassada .....	222
3.4. Objetos Específicos .....	223
3.5. Emergência e Calamidade Pública .....	225
3.6. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico .....	226
3.7. Forças Armadas e Segurança Nacional .....	227
3.8. Relações Interpessoais de Direito Público .....	227
3.9. Área da Saúde .....	228
<b>XVI. Alienações</b> .....	<b>228</b>
1. Considerações Preliminares .....	228
2. Bens Imóveis .....	229
3. Bens Móveis .....	230
<b>XVII. Instrumentos Auxiliares</b> .....	<b>230</b>
1. Credenciamento .....	230
2. Pré-qualificação .....	231
3. Procedimento de Manifestação de Interesse .....	232
4. Sistema de Registro de Preços .....	232
5. Registro Cadastral .....	234
<b>XVIII. Irregularidades</b> .....	<b>234</b>
<b>XIX. Crimes</b> .....	<b>235</b>
<b>XX. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)</b> .....	<b>235</b>
<b>XXI. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b> .....	<b>235</b>
<b>XXII. Serviços de Publicidade</b> .....	<b>236</b>
<b>XXIII. Súmulas</b> .....	<b>238</b>
<b>Capítulo 7. Serviços Públicos</b> .....	<b>239</b>
<b>I. Introdução</b> .....	<b>239</b>
<b>II. Conceito</b> .....	<b>240</b>
<b>III. Características</b> .....	<b>241</b>
1. Sujeito Estatal .....	241
2. Interesse Coletivo .....	241
3. Regime de Direito Público .....	241
<b>IV. Classificação</b> .....	<b>242</b>



1.	Serviços Delegáveis e Indelegáveis.....	242
2.	Serviços Administrativos e de Utilidade Pública.....	243
3.	Serviços Coletivos e Singulares.....	243
4.	Serviços Sociais e Econômicos.....	244
<b>V.</b>	<b>Titularidade</b> .....	245
1.	Competência.....	245
2.	Regulamentação.....	248
3.	Controle.....	248
<b>VI.</b>	<b>Princípios</b> .....	248
1.	Princípio da Generalidade.....	249
2.	Princípio da Continuidade.....	249
3.	Princípio da Eficiência.....	253
4.	Princípio da Modicidade.....	253
<b>VII.</b>	<b>Remuneração</b> .....	254
<b>VIII.</b>	<b>Usuários</b> .....	257
1.	Direitos.....	257
2.	Deveres.....	259
<b>IX.</b>	<b>Execução do Serviço</b> .....	260
1.	Execução Direta.....	260
2.	Execução Indireta.....	260
2.1.	Noção.....	260
2.2.	Descentralização.....	261
2.2.1.	Delegação Legal.....	262
2.2.2.	Delegação Negocial: Particulares em Colaboração.....	262
3.	Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos.....	263
3.1.	Desestatização e Privatização.....	263
3.2.	Gestão Associada.....	267
3.3.	Regimes de Parceria (Terceiro Setor).....	268
3.3.1.	Regime de Convênios Administrativos.....	269
3.3.2.	Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais).....	269
3.3.3.	Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs).....	272
3.3.4.	Regime Geral das Parcerias.....	276
3.3.5.	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	282
<b>X.</b>	<b>Marco Legal do Saneamento Básico</b> .....	283
<b>XI.</b>	<b>Marco Legal das Ferrovias</b> .....	285
<b>XII.</b>	<b>Súmulas</b> .....	287
<b>Capítulo 8. Concessão e Permissão de Serviços Públicos</b> .....		289
<b>I.</b>	<b>Introdução</b> .....	289
<b>II.</b>	<b>Fontes Normativas</b> .....	290
1.	Fonte Constitucional.....	290
2.	Fonte Infraconstitucional.....	291
<b>III.</b>	<b>Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum)</b> .....	291
1.	Modalidades.....	291
2.	Concessão de Serviço Público Simples.....	292
2.1.	Conceito.....	292
2.2.	Objeto.....	292
3.	Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública.....	293
3.1.	Nomenclatura.....	293
3.2.	Conceito.....	294
3.3.	Objeto.....	294
4.	Natureza Jurídica.....	295
4.1.	O Caráter Contratual.....	295
4.2.	Concessão e Permissão.....	296
5.	A Relação Contratual.....	297
6.	A Supremacia do Concedente.....	297
7.	A Natureza do Concessionário e do Concedente.....	297
8.	Concessão a Empresas Estatais.....	298
9.	Exigência de Licitação.....	299

9.1.	O Caráter de Obrigatoriedade .....	299
9.2.	Modalidades Licitatórias .....	300
9.3.	O Edital .....	300
9.4.	Critérios de Julgamento .....	301
9.5.	Fatores de Desclassificação .....	301
9.6.	Participação de Empresas Estatais .....	302
10.	Mutabilidade .....	302
11.	Política Tarifária .....	304
12.	Análise do Pacto de Concessão .....	308
12.1.	Autorização Legal .....	308
12.2.	Cláusulas Essenciais .....	309
12.3.	A Responsabilidade do Concessionário .....	310
12.4.	Transferência de Encargos .....	312
12.5.	Alteração do Concessionário .....	312
12.6.	Cessão de Créditos Operacionais .....	313
13.	Encargos do Concedente .....	313
13.1.	Fiscalização .....	313
13.2.	Intervenção na Propriedade Privada .....	314
13.3.	Outros Encargos Pertinentes .....	315
14.	Encargos do Concessionário .....	315
14.1.	O Serviço Adequado .....	315
14.2.	Transparência na Execução .....	316
14.3.	As Contratações do Concessionário .....	316
15.	Direitos e Obrigações dos Usuários .....	317
16.	Prazo da Concessão .....	319
17.	Intervenção na Concessão .....	320
17.1.	Sentido .....	320
17.2.	Procedimento .....	320
18.	Extinção .....	321
18.1.	Termo Final do Prazo .....	322
18.2.	Anulação .....	322
18.3.	Rescisão .....	322
18.4.	Caducidade .....	323
18.5.	Encampação .....	325
18.6.	Falência e Extinção da Concessionária .....	325
19.	Reversão .....	326
20.	Concessões Anteriores .....	327
21.	Controle dos Serviços Concedidos .....	329
22.	Concessão Florestal .....	330
<b>IV.</b>	<b>Permissão de Serviços Públicos .....</b>	<b>331</b>
1.	Conceito e Objeto .....	331
2.	Natureza Jurídica .....	332
3.	Diferença entre Concessão e Permissão .....	332
4.	A Permissão Condicionada .....	334
5.	Referências Constitucionais .....	335
6.	Responsabilidade Civil .....	335
7.	Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões .....	335
8.	Extinção .....	336
8.1.	Termo Final do Prazo .....	336
8.2.	Anulação .....	337
8.3.	Encampação .....	337
8.4.	Caducidade .....	338
8.5.	Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão) .....	338
9.	Permissão lotérica .....	338
<b>V.</b>	<b>Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias Público-Privadas) .....</b>	<b>339</b>
1.	Introdução .....	339
2.	Conceito e Natureza Jurídica .....	341
3.	Modalidades e Incidência Normativa .....	342
4.	Objeto .....	343
5.	Características e Diretrizes .....	344
6.	Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações .....	346

7.	Contraprestação e Garantias .....	348
8.	Sociedade de Propósito Específico .....	350
9.	Licitações.....	352
9.1.	Introdução.....	352
9.2.	Modalidade e Condições .....	352
9.3.	Edital.....	353
9.4.	Procedimento.....	354
VI.	<b>Autorização</b> .....	355
VII.	<b>Súmulas</b> .....	359
<b>Capítulo 9. Administração Direta e Indireta</b> .....		361
I.	<b>Noções Introdutórias</b> .....	361
1.	Federação e Autonomia.....	361
2.	Podere s e Funções. A Função Administrativa .....	362
3.	Administração Pública.....	362
4.	Organização Administrativa: Centralização e Descentralização .....	362
5.	Princípios Regedores da Administração Pública .....	363
II.	<b>Administração Direta</b> .....	364
1.	Conceito .....	364
2.	Natureza da Função .....	364
3.	Abrangência .....	365
4.	Composição .....	365
5.	Contrato de Desempenho .....	366
5.1.	Introdução.....	366
5.2.	Lei Regulamentadora.....	367
5.3.	Contrato de Desempenho .....	367
5.4.	Natureza Jurídica.....	367
5.5.	Críticas à Fisionomia Contratual .....	368
5.6.	Finalidades .....	368
5.7.	Flexibilidades e Autonomias Especiais .....	368
5.8.	Cláusulas Obrigatórias .....	369
5.9.	Obrigações das Partes .....	369
5.10.	Suspensão e Rescisão.....	369
III.	<b>Administração Indireta</b> .....	369
1.	Conceito .....	369
2.	Natureza da Função .....	370
3.	Abrangência .....	370
4.	Composição .....	371
5.	Administração Fundacional .....	372
6.	Entidades Paraestatais.....	372
7.	Princípios da Administração Indireta .....	373
7.1.	Princípio da Reserva Legal.....	374
7.2.	Princípio da Especialidade.....	375
7.3.	Princípio do Controle.....	375
8.	Categorias Jurídicas .....	376
IV.	<b>Autarquias</b> .....	376
1.	Introdução.....	376
1.1.	Terminologia.....	376
1.2.	Autarquia e Autonomia .....	377
1.3.	Autarquias Institucionais e Territoriais.....	377
2.	Conceito .....	378
3.	Referências Normativas .....	378
4.	Personalidade Jurídica.....	378
5.	Criação, Organização e Extinção .....	379
6.	Objeto.....	380
7.	Classificação.....	380
7.1.	Quanto ao Nível Federativo .....	381
7.2.	Quanto ao Objeto .....	381
7.3.	Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial) .....	384
8.	Agências Reguladoras .....	384

8.1.	Considerações Iniciais .....	384
8.2.	Criação das Agências.....	385
8.3.	Origens.....	386
8.4.	Disciplina Normativa.....	386
8.5.	Poder Regulatório.....	386
8.6.	Natureza Jurídica.....	387
8.7.	Características Especiais .....	387
8.8.	Poder Normativo Técnico.....	388
8.9.	Autonomia Decisória.....	389
8.10.	Autonomia Administrativa.....	390
8.11.	Autonomia Financeira .....	391
8.12.	Teoria da Captura .....	391
8.13.	Prestação de Contas e Controle Social.....	392
8.14.	Ouvidoria.....	392
8.15.	Articulação das Agências .....	392
8.16.	Regime Jurídico dos Servidores.....	393
9.	Agências Executivas .....	393
10.	Associações Públicas .....	394
11.	Aspectos Especiais das Autarquias.....	395
11.1.	Patrimônio.....	395
11.2.	Pessoal .....	396
11.3.	Controle Judicial .....	396
11.4.	Foro dos Litígios Judiciais .....	397
11.5.	Atos e Contratos .....	398
11.6.	Responsabilidade Civil.....	398
11.7.	Prerrogativas Autárquicas.....	399
<b>V.</b>	<b>Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista .....</b>	<b>400</b>
1.	Introdução.....	400
2.	Referências Normativas .....	401
3.	Conceito .....	401
4.	Personalidade Jurídica.....	402
5.	Instituição e Extinção .....	402
6.	Subsidiárias .....	403
6.1.	Pessoas Subsidiárias .....	403
6.2.	Sociedades de Mera Participação do Estado.....	404
7.	Objeto.....	405
8.	Regime Jurídico.....	406
8.1.	Hibridismo.....	406
8.2.	Regime Constitucional.....	407
8.3.	Regime Legal.....	407
8.4.	Regime Estatutário .....	409
8.5.	Prescrição.....	409
9.	Regime Tributário .....	410
10.	Função Social.....	412
11.	Diferença entre as Entidades .....	412
11.1.	Constituição do Capital .....	412
11.2.	Forma Jurídica .....	413
11.3.	Foro Processual .....	414
12.	Patrimônio.....	414
13.	Pessoal.....	416
14.	Falência e Execução .....	417
14.1.	Falência.....	417
14.2.	Execução.....	418
15.	Responsabilidade Civil .....	419
16.	Governança Corporativa.....	420
16.1.	Sentido .....	420
16.2.	Transparência.....	420
16.3.	Estrutura e Gestão de Riscos.....	421
17.	Controle.....	421
17.1.	Controle Externo .....	421

17.2. Controle Interno .....	422
17.3. Arbitragem.....	422
18. Participantes do Sistema .....	423
18.1. Acionista Controlador .....	423
18.2. Administradores.....	423
18.3. Conselho de Administração.....	424
18.4. Membro Independente.....	424
18.5. Diretoria.....	425
18.6. Comitê de Auditoria Estatutário.....	425
18.7. Conselho Fiscal.....	425
19. Atos Jurídicos.....	426
20. Licitações.....	427
20.1. Microsistema e Aplicabilidade.....	427
20.2. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.....	427
20.2.1. Exigibilidade de Licitação .....	427
20.2.2. Dispensas Específicas .....	428
20.2.3. Dispensas Genéricas .....	428
20.2.4. Inexigibilidade.....	429
20.2.5. Requisitos Comuns.....	429
20.3. Disposições Gerais.....	429
20.3.1. Regulamentos Internos .....	429
20.3.2. Princípios e Diretrizes .....	429
20.3.3. Aspectos especiais.....	430
20.4. Obras e Serviços.....	430
20.5. Aquisição de Bens.....	431
20.6. Alienação de Bens.....	432
20.7. Procedimento Licitatório .....	432
20.8. Procedimentos Auxiliares .....	433
21. Contratos.....	433
21.1. Natureza dos Contratos.....	433
21.2. Formalização.....	434
21.3. Alteração dos Contratos.....	434
21.4. Sanções Administrativas .....	435
<b>VI. Fundações Públicas .....</b>	<b>435</b>
1. Introdução.....	435
2. A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações .....	436
2.1. Conceito no Decreto-lei nº 200/1967 .....	439
2.2. O Tratamento da Matéria .....	440
3. Característica Fundamental .....	440
4. Objeto.....	441
5. Criação e Extinção .....	441
6. Regime Jurídico.....	442
6.1. Prerrogativas.....	442
6.2. Privilégios Tributários .....	443
7. Patrimônio.....	443
8. Pessoal.....	444
9. Controle.....	444
9.1. Controle Institucional.....	444
9.2. Controle do Ministério Público.....	445
9.3. Controle Judicial.....	445
10. Foro dos Litígios.....	446
11. Atos e Contratos.....	446
12. Responsabilidade Civil .....	446
<b>VII. Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado .....</b>	<b>447</b>
1. Introdução.....	447
2. Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos).....	447
2.1. Sentido .....	447
2.2. Natureza Jurídica .....	447
2.3. Criação.....	448
2.4. Objeto.....	448

2.5.	Recursos Financeiros.....	449
2.6.	Ausência de Fins Lucrativos .....	450
2.7.	Controle.....	450
2.8.	Outros Aspectos do Regime Jurídico.....	451
2.9.	Privilégios Tributários .....	454
3.	Organizações Colaboradoras (ou Parceiras) .....	455
<b>VIII.</b>	<b>Súmulas.....</b>	<b>456</b>
<b>Capítulo 10.</b>	<b>Responsabilidade Civil do Estado.....</b>	<b>459</b>
<b>I.</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>459</b>
1.	Responsabilidade. Noção Jurídica .....	459
1.1.	Tipos de Responsabilidade .....	459
2.	Responsabilidade Civil .....	460
3.	O Dano e a Indenização .....	460
4.	Os Sujeitos do Cenário .....	461
<b>II.</b>	<b>Evolução.....</b>	<b>461</b>
1.	A Irresponsabilidade do Estado .....	461
2.	Teoria da Responsabilidade com Culpa .....	462
3.	Teoria da Culpa Administrativa .....	462
4.	Teoria da Responsabilidade Objetiva.....	463
5.	Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo.....	463
<b>III.</b>	<b>Direito Brasileiro .....</b>	<b>464</b>
1.	Código Civil.....	464
2.	Constituição Federal.....	465
3.	Análise dos Elementos Constitucionais.....	466
3.1.	Pessoas Responsáveis.....	466
3.2.	Agentes do Estado.....	468
3.3.	A Duplicidade de Relações Jurídicas.....	469
<b>IV.</b>	<b>Aplicação da Responsabilidade Objetiva.....</b>	<b>469</b>
1.	Pressupostos.....	469
2.	Ônus da Prova: Inversão.....	471
3.	Participação do Lesado .....	471
4.	Fatos Imprevisíveis.....	472
5.	Atos de Multidões .....	473
6.	Danos de Obra Pública.....	474
7.	Condutas Omissivas .....	475
8.	Responsabilidade Primária e Subsidiária.....	477
<b>V.</b>	<b>Atos Legislativos .....</b>	<b>478</b>
1.	Regra Geral.....	478
2.	Leis Inconstitucionais.....	479
3.	Leis de Efeitos Concretos.....	480
4.	Omissão Legislativa .....	480
<b>VI.</b>	<b>Atos Judiciais.....</b>	<b>481</b>
1.	Atos Administrativos e Jurisdicionais .....	481
2.	Condutas Dolosas.....	482
3.	Condutas Culposas .....	482
<b>VII.</b>	<b>Reparação do Dano .....</b>	<b>484</b>
1.	A Indenização.....	484
2.	Meios de Reparação do Dano .....	484
3.	Prescrição.....	484
4.	Sujeito Passivo da Lide .....	486
5.	Denúnciação à Lide .....	487
<b>VIII.</b>	<b>O Direito de Regresso .....</b>	<b>488</b>
1.	Sentido.....	488
2.	Meios de Solução.....	489
3.	Causa de Pedir.....	489
4.	Interesse de Agir .....	489
5.	Prescrição.....	490
<b>IX.</b>	<b>Súmulas.....</b>	<b>491</b>

<b>Capítulo 11. Servidores Públicos</b> .....	493
<b>I. Agentes Públicos</b> .....	493
1. Sentido.....	493
2. Classificação.....	493
2.1. Agentes Políticos.....	494
2.2. Agentes Particulares Colaboradores.....	494
2.3. Servidores Públicos.....	496
3. Agentes de Fato.....	496
<b>II. Servidores Públicos</b> .....	497
1. Sentido.....	497
2. Características.....	497
3. Classificação.....	498
3.1. Servidores Públicos Cíveis e Militares.....	498
3.2. Servidores Públicos Comuns e Especiais.....	499
3.3. Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários.....	499
<b>III. Regimes Jurídicos Funcionais</b> .....	500
1. Regime Estatutário.....	501
2. Regime Trabalhista.....	502
2.1. Regime de Emprego Público.....	503
3. Regime Especial.....	505
3.1. Regime Especial das Administrações Tributárias.....	508
4. Regime Jurídico Único.....	509
5. Terceirização.....	510
<b>IV. Organização Funcional</b> .....	514
1. Quadro Funcional.....	514
2. Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	514
3. Classificação dos Cargos.....	515
4. Criação, Transformação e Extinção de Cargos.....	518
5. Provimento.....	520
5.1. Tipos de Provimento.....	521
5.2. Formas de Provimento.....	521
6. Investidura: Nomeação, Posse e Exercício.....	522
7. Reingresso.....	523
8. Vacância.....	525
9. Direito Adquirido dos Servidores.....	526
10. Cessão de Servidores.....	527
<b>V. Regime Constitucional</b> .....	528
1. Concurso Público.....	528
1.1. Sentido.....	528
1.2. Fundamento.....	530
1.3. Alcance da Exigência.....	530
1.4. Inexigibilidade.....	533
1.5. Concurso Interno.....	534
1.6. Inscrição e Aprovação.....	535
1.7. Validade.....	540
1.8. Precedência na Convocação.....	541
1.9. Sanção.....	542
1.10. Resultado do Concurso.....	542
1.11. Invalidação do Concurso.....	545
1.12. Sistema de Cotas: Reserva Étnica.....	547
2. Acessibilidade.....	548
2.1. Sentido.....	548
2.2. Incidência.....	548
2.3. Requisitos de Acesso.....	549
2.3.1. Pessoas Portadoras de Deficiência.....	552
2.3.2. Requisitos de Inscrição e do Cargo.....	553
2.4. Sexo e Idade.....	555
2.5. Exame Psicotécnico.....	557
2.6. Acesso Profissional ao Idoso.....	559
2.7. Direito à Amamentação.....	560

3.	Acumulação de Cargos e Funções.....	560
3.1.	Regra Geral.....	560
3.2.	Situações de Permissividade .....	562
3.3.	Efeitos.....	565
3.4.	Ingresso em Nova Carreira .....	565
3.5.	Convalidação Constitucional.....	567
4.	Estabilidade.....	567
4.1.	Noção do Instituto.....	567
4.2.	Estabilização Constitucional.....	569
4.3.	Estágio Probatório .....	570
4.4.	Estabilidade e Efetividade.....	572
4.5.	Demissão e Exoneração.....	573
4.6.	Exoneração Conversível em Demissão.....	576
4.7.	Servidores Trabalhistas.....	576
4.8.	Vitaliciedade.....	579
5.	Regime Previdenciário.....	579
5.1.	Previdência do Servidor Público.....	579
5.1.1.	Sentido.....	579
5.1.2.	Regimes de Previdência .....	580
5.1.3.	Abrangência do Regime Próprio .....	580
5.1.4.	Regulamentação do Regime Próprio.....	581
5.1.5.	Unicidade de Regimes e de Gestão.....	581
5.1.6.	Regime de Outros Agentes.....	582
5.1.7.	Ocupantes Exclusivos de Cargos em Comissão.....	582
5.2.	Contributividade .....	583
5.2.1.	Introdução.....	583
5.2.2.	Contributividade.....	583
5.2.3.	Contribuições.....	584
5.2.4.	Alíquotas de Contribuição.....	584
5.2.5.	Aposentados e Pensionistas.....	585
5.2.6.	Solidariedade no Regime Previdenciário.....	585
5.2.7.	Base de Contribuição.....	586
5.3.	Fundos Previdenciários Públicos.....	587
5.3.1.	Sentido .....	587
5.3.2.	Instituição e Extinção.....	587
5.3.3.	Requisitos.....	588
5.3.4.	Descumprimento e Responsabilidade.....	588
5.4.	Previdência Complementar .....	588
5.4.1.	Aspectos Iniciais .....	588
5.4.2.	Previdência Complementar dos Servidores .....	589
5.4.3.	Instituição.....	589
5.4.4.	Entidades de Previdência Complementar.....	590
5.4.5.	Plano de Benefícios .....	590
5.4.6.	Ingresso no Sistema e Opção.....	591
5.5.	Aposentadoria.....	591
5.5.1.	Conceito .....	591
5.5.2.	Natureza Jurídica .....	591
5.5.3.	Prazos Extintivos.....	592
5.5.4.	Aposentadoria Punitiva .....	593
5.5.5.	Regime Jurídico .....	594
5.5.6.	Modalidades de Aposentadoria.....	594
5.5.7.	Aposentadoria Voluntária.....	595
5.5.8.	Aposentadoria por Incapacidade Permanente.....	595
5.5.9.	Aposentadoria Compulsória.....	596
5.5.10.	Requisitos e Critérios Diferenciados.....	597
5.5.11.	Aposentadorias Especiais.....	597
5.5.12.	Proventos.....	598
5.5.13.	Cumulação de Proventos.....	599
5.5.14.	Revisão de Proventos .....	601
5.5.15.	Contagem de Tempo.....	601



5.5.16. Direito Adquirido.....	603
5.5.17. Situações Transitórias .....	604
5.5.18. Desaposentação (Renúncia à Aposentadoria).....	606
5.5.19. Cassação de Aposentadoria .....	608
5.5.20. Aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência .....	609
5.6. Pensões .....	610
5.6.1. Sentido e Natureza Jurídica .....	610
5.6.2. Disciplina Jurídica .....	610
5.6.3. Contributividade e Solidariedade .....	611
5.6.4. Base e Valor da Contribuição .....	611
5.6.5. Cálculo da Pensão .....	611
5.6.6. Incidência Normativa .....	612
5.6.7. Acumulação de Pensões .....	612
5.6.8. Revisão da Pensão .....	612
5.6.9. Prescrição .....	613
5.7. PEC Paralela .....	613
6. Disponibilidade .....	615
6.1. Sentido .....	615
6.2. Pressupostos .....	616
6.3. Incidência .....	617
6.4. Efeitos .....	617
6.5. A Questão dos Proventos .....	618
7. Mandato Eletivo .....	619
8. Sistema Constitucional de Remuneração.....	621
8.1. Remuneração.....	621
8.1.1. Remuneração Básica.....	621
8.1.2. Vantagens Pecuniárias .....	624
8.2. Revisão Remuneratória.....	628
8.3. Irredutibilidade .....	630
8.4. Isonomia .....	632
8.5. Vinculação e Teto.....	633
8.6. Pagamento com Atraso.....	638
8.7. Pagamento a Maior .....	640
9. Associação Sindical e Direito de Greve .....	641
9.1. Associação Sindical.....	641
9.2. Greve .....	642
10. Direitos Sociais dos Servidores .....	646
<b>VI. Responsabilidade dos Servidores Públicos.....</b>	<b>648</b>
1. Responsabilidade Civil .....	649
2. Responsabilidade Penal .....	650
3. Responsabilidade Administrativa .....	651
4. Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa .....	652
4.1. Repercussão na Esfera Civil .....	652
4.2. Repercussão na Esfera Administrativa .....	653
4.3. Crimes Funcionais.....	653
4.3.1. Condenação.....	653
4.3.2. Absolvição.....	654
4.4. Crimes Não Funcionais.....	655
4.4.1. Condenação.....	655
4.4.2. Absolvição.....	655
4.4.3. Absolvição na Esfera Administrativa .....	655
<b>VII. Súmulas.....</b>	<b>656</b>
<b>Capítulo 12. Intervenção do Estado.....</b>	<b>659</b>
<b>I. Introdução.....</b>	<b>659</b>
1. Breve Histórico .....	659
2. Propriedade .....	660
<b>II. Intervenção do Estado .....</b>	<b>660</b>
1. Sentido.....	660

2. Quadro Normativo Constitucional .....	661
<b>III. Competência</b> .....	661
<b>IV. Fundamentos</b> .....	662
1. Supremacia do Interesse Público .....	662
2. Função Social da Propriedade .....	663
<b>V. Modalidades</b> .....	664
<b>VI. Servidão Administrativa</b> .....	665
1. Sentido e Natureza Jurídica .....	665
2. Fundamentos .....	665
3. Objeto .....	666
4. Formas de Instituição .....	667
5. Extinção .....	668
6. Indenização .....	669
7. Características .....	670
<b>VII. Requisição</b> .....	670
1. Sentido .....	670
2. Fundamentos .....	671
3. Objeto e Indenização .....	672
4. Instituição e Extinção .....	672
5. Características .....	673
<b>VIII. Ocupação Temporária</b> .....	673
1. Sentido e Objeto .....	673
2. Fundamentos .....	674
3. Modalidades e Indenização .....	674
4. Instituição e Extinção .....	675
5. Características .....	676
<b>IX. Limitações Administrativas</b> .....	676
1. Sentido .....	676
2. Natureza Jurídica .....	677
3. Fundamentos .....	678
4. Indenização .....	678
5. Características .....	679
<b>X. Tombamento</b> .....	679
1. Sentido .....	679
2. Fonte Normativa .....	680
3. Fundamento .....	680
4. Objeto .....	682
5. Natureza Jurídica .....	682
6. Espécies .....	683
7. Instituição .....	684
7.1. Desfazimento .....	686
8. Processo Administrativo .....	686
9. Efeitos .....	687
10. Controle .....	689
11. Outros Instrumentos Protetivos .....	690
<b>XI. Súmulas</b> .....	691
<b>Capítulo 13. Desapropriação</b> .....	693
<b>I. Introdução</b> .....	693
<b>II. Conceito</b> .....	694
<b>III. Natureza Jurídica</b> .....	694
<b>IV. Pressupostos</b> .....	694
<b>V. Fontes Normativas e Espécies</b> .....	695
<b>VI. Objeto</b> .....	697
1. Regra Geral .....	697
2. Bens Públicos .....	698
3. Bens de Entidades da Administração Indireta .....	699
4. Margens dos Rios Navegáveis .....	700
<b>VII. Forma de Aquisição</b> .....	701
<b>VIII. Competências</b> .....	702

1.	Competência Legislativa .....	702
2.	Competência Declaratória .....	702
3.	Competência Executória .....	703
<b>IX.</b>	<b>Destinação dos Bens Desapropriados</b> .....	<b>705</b>
1.	Regra Geral .....	705
2.	Casos Especiais .....	706
2.1.	Desapropriação por Zona .....	706
2.2.	Desapropriação Urbanística .....	707
2.3.	Desapropriação por Interesse Social .....	708
2.4.	Desapropriação-Confisco .....	708
2.5.	Desapropriação de Núcleos Urbanos Informais .....	708
<b>X.</b>	<b>Fase Declaratória</b> .....	<b>709</b>
1.	Declaração Expropriatória .....	709
2.	Conteúdo .....	710
3.	Formalização .....	711
4.	Natureza Jurídica .....	711
4.1.	Controle Judicial .....	712
5.	Efeitos .....	712
6.	Caducidade .....	713
<b>XI.</b>	<b>Fase Executória</b> .....	<b>714</b>
1.	Via Administrativa .....	714
1.1.	Alienação por Acordo .....	714
1.2.	Notificação e Acordo .....	715
2.	Via Judicial .....	716
<b>XII.</b>	<b>Ação de Desapropriação</b> .....	<b>717</b>
1.	Partes .....	717
2.	A Pretensão .....	717
3.	A Contestação .....	718
4.	Imissão Provisória na Posse .....	719
4.1.	Permissão Legal .....	719
4.2.	Pressupostos .....	720
4.3.	Urgência .....	720
4.4.	Depósito Prévio .....	720
4.5.	Levantamento Parcial do Depósito .....	721
5.	Prova Pericial .....	722
6.	Intervenção do Ministério Público .....	723
7.	Sentença .....	724
8.	Transferência da Propriedade .....	725
<b>XIII.</b>	<b>Indenização</b> .....	<b>726</b>
1.	Regra Geral .....	726
2.	Situações Especiais .....	728
3.	Enfiteuse, Jazidas e Direito de Superfície .....	728
4.	Juros Moratórios e Compensatórios .....	730
4.1.	Juros Moratórios .....	730
4.2.	Juros Compensatórios .....	732
4.3.	Cumulatividade .....	735
5.	Atualização Monetária .....	735
6.	Honorários .....	736
7.	Direitos de Terceiros .....	737
<b>XIV.</b>	<b>Desistência da Desapropriação</b> .....	<b>739</b>
<b>XV.</b>	<b>Desapropriação Indireta</b> .....	<b>740</b>
1.	Sentido .....	740
2.	Fundamento .....	741
3.	Proteção Possessória .....	741
4.	Ação do Expropriado .....	742
4.1.	Caracterização .....	742
4.2.	Natureza e Legitimidade para a Ação .....	743
4.3.	Foro da Ação .....	744
4.4.	Prescrição da Ação (Pretensão) .....	744
4.5.	Acréscimos Indenizatórios .....	746
4.6.	Despesas Processuais .....	749

5. Aposseamento Administrativo.....	749
<b>XVI. Direito de Extensão</b> .....	750
1. Sentido.....	750
2. Fundamento.....	750
3. Outros Aspectos.....	752
3.1. Admissibilidade .....	752
3.2. Oportunidade do Exercício do Direito .....	752
<b>XVII. Retrocessão</b> .....	753
1. Noção Jurídica.....	753
2. Natureza do Direito.....	754
3. Aspectos Especiais .....	755
3.1. Tredestinação.....	755
3.2. Demora na Utilização do Bem .....	756
3.3. Prescrição.....	757
3.4. Alienação por Acordo.....	757
<b>XVIII. Desapropriação Rural</b> .....	757
1. Introdução.....	757
2. Aspectos Especiais.....	758
2.1. Competência.....	758
2.2. Função Social Rural.....	758
2.3. Indenização .....	759
2.4. Inaplicabilidade da Desapropriação.....	760
3. Procedimento Expropriatório .....	760
3.1. Procedimento Administrativo.....	761
3.2. Procedimento Judicial.....	762
<b>XIX. Desapropriação Confiscatória</b> .....	764
<b>XX. Desapropriação Urbanística Sancionatória</b> .....	767
<b>XXI. Súmulas</b> .....	769
<b>Capítulo 14. Atuação do Estado no Domínio Econômico</b> .....	771
<b>I. Introdução</b> .....	771
1. O Liberalismo Econômico .....	771
2. Modelo Interventivo.....	772
3. Constitucionalização Normativa.....	772
4. Quadro Normativo.....	773
<b>II. Ordem Econômica</b> .....	773
1. Fundamentos .....	773
1.1. Valorização do Trabalho Humano .....	774
1.2. Liberdade de Iniciativa.....	774
2. Princípios.....	775
3. Declaração de Direitos da Liberdade Econômica.....	776
<b>III. Formas de Atuação do Estado</b> .....	777
<b>IV. Estado Regulador</b> .....	778
1. Sentido.....	778
2. Natureza da Atuação.....	779
3. Competências .....	779
4. Repressão ao Abuso do Poder Econômico.....	780
4.1. Sentido .....	780
4.2. Formas de Abuso.....	781
4.3. Trustes, Cartéis e <i>Dumping</i> .....	781
4.4. Normas e Meios Repressivos .....	782
5. Controle do Abastecimento .....	784
6. Tabelaamento de Preços.....	785
7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	786
<b>V. Estado Executor</b> .....	788
1. Formas.....	788
2. Exploração Direta .....	789
2.1. Regra Geral.....	789
2.2. Pressupostos .....	790
3. Exploração Indireta.....	790

3.1. Sentido.....	790
3.2. As Empresas do Estado.....	791
<b>VI. Monopólio Estatal.....</b>	<b>792</b>
1. Sentido.....	792
2. Natureza Jurídica.....	793
3. Monopólio e Privilégio.....	793
4. Atividades Monopolizadas.....	793
<b>VII. Súmulas.....</b>	<b>795</b>
<b>Capítulo 15. Controle da Administração Pública.....</b>	<b>797</b>
<b>I. Introdução.....</b>	<b>797</b>
1. Controle Político e Controle Administrativo.....	797
2. Fundamentos.....	798
<b>II. Controle.....</b>	<b>799</b>
1. Sentido.....	799
2. Objetivo.....	799
3. Natureza Jurídica.....	800
4. Classificação.....	800
4.1. Quanto à Natureza do Controlador.....	800
4.2. Quanto à Extensão do Controle.....	801
4.3. Quanto à Natureza do Controle.....	801
4.4. Quanto ao Âmbito da Administração.....	803
4.5. Quanto à Oportunidade.....	803
4.6. Quanto à Iniciativa.....	803
<b>III. Controle Administrativo.....</b>	<b>804</b>
1. Sentido.....	804
2. Objetivos.....	804
3. Meios de Controle.....	805
3.1. Controle Ministerial.....	805
3.2. Hierarquia Orgânica.....	805
3.3. Direito de Petição.....	805
3.4. Revisão Recursal.....	806
3.5. Controle Social.....	806
3.6. Outros Instrumentos Legais.....	808
4. Recursos Administrativos.....	808
4.1. Sentido.....	808
4.2. Fundamentos e Objetivo.....	809
4.3. Natureza Jurídica.....	810
4.4. Formalização.....	810
4.5. Classificação.....	811
4.6. Espécies.....	812
4.7. Efeitos.....	814
4.8. Exigência de Garantia.....	815
4.9. <i>Reformatio in Pejus</i> .....	817
4.10. Exaustão da Via Administrativa.....	818
5. Coisa Julgada Administrativa.....	819
6. Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa).....	820
7. Processo Administrativo.....	823
7.1. Introdução.....	823
7.2. Sentido.....	825
7.3. Classificação.....	826
7.4. Objeto.....	827
7.5. Princípios.....	828
7.6. Processo Administrativo na Administração Federal.....	833
7.7. Processo Administrativo Disciplinar.....	840
8. Arbitragem.....	852
9. Mediação.....	853
10. Acordo Terminativo de Litígios.....	854
11. Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção).....	855

<b>IV. Controle Legislativo</b> .....	859
1. Sentido e Fundamento .....	859
2. Espécies de Controle .....	859
2.1. Controle Político .....	859
2.2. Controle Financeiro .....	860
3. Tribunal de Contas .....	863
<b>V. Controle Judicial</b> .....	868
1. Sentido .....	868
2. Sistemas de Controle .....	871
2.1. Sistema do Contencioso Administrativo .....	871
2.2. Sistema da Unidade de Jurisdição .....	872
3. Natureza .....	872
4. Oportunidade .....	873
5. Atos sob Controle Especial .....	874
5.1. Atos Políticos .....	874
5.2. Atos Legislativos Típicos .....	874
5.3. Atos <i>Interna Corporis</i> .....	876
6. Instrumentos de Controle .....	877
6.1. Meios Inespecíficos .....	877
6.2. Meios Específicos .....	877
7. Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública .....	877
7.1. Sentido .....	877
7.2. Fonte Normativa .....	878
7.3. Direitos Pessoais e Reais .....	878
7.4. Interrupção e Suspensão .....	880
7.5. Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações .....	881
7.6. Prescrição Intercorrente .....	882
7.7. Apreciação no Processo .....	882
8. Mandado de Segurança .....	884
8.1. Conceito .....	884
8.2. Espécies e Fontes Normativas .....	884
8.3. A Tutela .....	884
8.4. Impetrante .....	885
8.5. Impetrado .....	886
8.6. Formas de Tutela .....	887
8.7. Descabimento .....	888
8.8. Medida Liminar .....	889
8.9. Competência .....	890
8.10. Prazo .....	892
8.11. Sentença e Coisa Julgada .....	892
8.12. Mandado de Segurança Coletivo .....	893
8.13. Aspectos Especiais .....	895
9. <i>Habeas Corpus</i> .....	898
9.1. Conceito e Fontes Normativas .....	898
9.2. Pressupostos Constitucionais .....	898
9.3. Espécies .....	898
9.4. Constrangimento Ilegal .....	899
9.5. Competência .....	899
10. Ação Popular .....	900
10.1. Conceito e Fontes Normativas .....	900
10.2. Bens Tutelados .....	900
10.3. Competência .....	901
10.4. Legitimação Ativa e Passiva .....	901
10.5. Objeto da Ação .....	902
10.6. Liminar .....	902
10.7. Sentença e Coisa Julgada .....	903
11. Mandado de Injunção .....	904
11.1. Conceito, Fonte Normativa e Modalidades .....	904
11.2. Pressupostos .....	905

11.3.	Bens Tutelados.....	905
11.4.	Competência.....	906
11.5.	Legitimação Ativa e Passiva .....	906
11.6.	Liminar.....	907
11.7.	Procedimento.....	907
11.8.	Decisão .....	907
11.9.	Mandado de Injunção Coletivo .....	909
12.	<i>Habeas Data</i> .....	909
12.1.	Conceito e Fonte Normativa.....	909
12.2.	Bem Tutelado.....	910
12.3.	Partes.....	910
12.4.	Competência.....	910
12.5.	Interesse de Agir.....	911
12.6.	Pedido.....	912
12.7.	Procedimento.....	912
12.8.	Decisão e Recursos .....	912
13.	Ação Civil Pública.....	913
13.1.	Conceito e Fontes Normativas .....	913
13.2.	Bens Tutelados.....	914
13.3.	Espécies de Tutela .....	916
13.4.	Partes.....	916
13.5.	Sentença e Coisa Julgada .....	917
14.	Improbidade Administrativa.....	918
14.1.	Microssistema da Improbidade Administrativa .....	918
14.2.	Ação de Improbidade.....	919
14.3.	Fontes Normativas .....	919
14.3.1.	Fontes Constitucionais.....	919
14.3.2.	Direito Administrativo Sancionador.....	920
14.3.3.	Fontes Legislativas.....	920
14.4.	Lei Reguladora.....	921
14.4.1.	Natureza.....	921
14.4.2.	Abrangência.....	921
14.5.	Uso Indevido da Ação .....	922
14.6.	Atos de Improbidade Administrativa.....	922
14.6.1.	Noção .....	922
14.6.2.	Dolo .....	923
14.6.3.	Atipicidade da Conduta.....	924
14.6.4.	Retroatividade .....	924
14.7.	Objeto da Tutela .....	925
14.8.	Sujeito Passivo da Improbidade.....	925
14.8.1.	Conceito.....	925
14.8.2.	Entidades Federativas .....	926
14.8.3.	Administração Indireta .....	926
14.8.4.	Entidades do Setor Privado.....	926
14.8.5.	Outras Entidades .....	927
14.9.	Sujeito Ativo da Improbidade.....	927
14.9.1.	Conceito.....	927
14.9.2.	Agentes Públicos.....	927
14.9.3.	Agentes Políticos.....	928
14.9.4.	Servidores Públicos .....	929
14.9.5.	Outros Agentes.....	929
14.9.6.	Recursos de Origem Pública.....	930
14.9.7.	Pessoas Jurídicas .....	930
14.9.8.	Terceiros.....	931
14.9.9.	Sucessão e Alteração Contratual .....	932
14.10.	Tipologia da Improbidade.....	933
14.10.1.	Considerações Preliminares .....	933
14.10.2.	Enriquecimento Ilícito.....	933

14.10.3.	Prejuízo ao Erário .....	934
14.10.4.	Violação a Princípios .....	936
14.10.5.	Ordem Urbanística .....	938
14.10.6.	Conflito de Interesses .....	938
14.11.	Sanções .....	939
14.11.1.	Base Legal .....	939
14.11.2.	Cominações .....	939
14.11.3.	Modalidades .....	939
14.11.4.	Sanções e Atos de Improbidade .....	940
14.11.5.	Natureza Jurídica .....	940
14.11.6.	Constitucionalidade do Rol de Sanções .....	941
14.11.7.	Aplicabilidade .....	941
14.11.8.	Sanções Isoladas ou Cumulativas .....	942
14.11.9.	Elementos Valorativos .....	942
14.11.10.	Revisão Sancionatória .....	943
14.11.11.	Adequação Punitiva .....	943
14.11.12.	Pessoas Jurídicas .....	944
14.11.13.	Oportunidade da Aplicação .....	944
14.11.14.	Princípio da Subsunção .....	945
14.11.15.	Independência de Instâncias .....	945
14.12.	Sanções em Espécie .....	946
14.12.1.	Ressarcimento Integral do Dano .....	946
14.12.2.	Perda de Bens e Valores .....	947
14.12.3.	Perda da Função Pública .....	947
14.12.4.	Suspensão de Direitos Políticos .....	949
14.12.5.	Multa Civil .....	951
14.12.6.	Proibição de Contratar com o Poder Público .....	951
14.12.7.	Proibição de Receber Benefícios ou Incentivos Fiscais ou Creditícios .....	952
14.13.	Declaração de Imposto de Renda .....	952
14.14.	Procedimento Administrativo .....	953
14.15.	Indisponibilidade de Bens .....	955
14.16.	Procedimento Judicial .....	956
14.16.1.	Considerações Preliminares .....	956
14.16.2.	Procedimento .....	957
14.16.3.	Natureza da Ação .....	957
14.16.4.	Ação de Improbidade e Ação Civil Pública .....	957
14.16.5.	Legitimidade .....	958
14.16.6.	Foro e Prevenção .....	959
14.16.7.	Fase Postulatória .....	959
14.16.8.	Decisão Inicial .....	960
14.16.9.	Instrução .....	960
14.16.10.	Acordo de Não Persecução Civil .....	961
14.16.11.	Sentença Final .....	962
14.16.12.	Unificação de Sanções .....	963
14.16.13.	Denúncia Caluniosa .....	963
14.16.14.	Afastamento do Agente .....	963
14.17.	Prescrição .....	964
14.17.1.	Observações Iniciais .....	964
14.17.2.	Regra Geral .....	964
14.17.3.	Suspensão do Prazo .....	965
14.17.4.	Interrupção do Prazo .....	966
14.17.5.	Aspectos Complementares .....	966
14.18.	Despesas Processuais .....	967
VI.	<b>O Poder Público em Juízo</b> .....	967
1.	Capacidade Processual .....	967
2.	Pessoas Federais .....	968
3.	Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital .....	970
4.	Pessoas Municipais .....	971
5.	Representação Judicial .....	971
6.	Particularidades Processuais .....	972



7.	Despesas Judiciais.....	977
8.	Pagamento dos Créditos de Terceiros.....	979
8.1.	Sistema de Precatórios.....	979
8.2.	Fazenda Pública.....	979
8.3.	Execução dos Créditos.....	980
8.4.	Débitos Fazendários Especiais.....	980
8.5.	Obrigações de Pequeno Valor.....	981
8.6.	Precatórios Complementares e Fracionamento.....	982
8.7.	Dotações Orçamentárias.....	982
8.8.	Débitos do Credor.....	983
8.9.	Atualização de Valores.....	983
8.10.	Cessão de Créditos.....	984
8.11.	Precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios.....	984
8.12.	Comprometimento dos Precatórios.....	984
8.13.	Precatórios de Grande Valor.....	985
8.14.	Amortização de Dívidas de Entes Públicos.....	985
8.15.	Processo Administrativo.....	986
8.16.	Regime Transitório.....	986
VII.	<b>Controle Estatal na LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....</b>	987
1.	Considerações Iniciais.....	987
2.	Valores Abstratos e Motivação (Art. 20).....	987
3.	Consequências e Regularização de Condutas (Art. 21).....	988
4.	Gestão Complexa e Políticas Públicas (Art. 22).....	989
5.	Nova Interpretação ou Orientação (Art. 23).....	989
6.	Revisão de Validade (Art. 24).....	990
7.	Celebração de Compromisso (Art. 26).....	990
8.	Compensação e Compromisso Processual (Art. 27).....	991
9.	Responsabilidade Pessoal do Agente (Art. 28).....	992
10.	Atos Normativos e Consulta Pública (Art. 29).....	993
11.	Segurança Jurídica (Art. 30).....	993
VIII.	<b>Súmulas.....</b>	994
<b>Capítulo 16. Bens Públicos.....</b>		999
I.	<b>Introdução.....</b>	999
1.	Domínio Público.....	999
2.	Domínio Eminente.....	999
II.	<b>Conceito.....</b>	1000
III.	<b>Bens das Pessoas Administrativas Privadas.....</b>	1002
IV.	<b>Classificação.....</b>	1004
1.	Quanto à Titularidade.....	1004
1.1.	Bens Federais.....	1004
1.2.	Bens Estaduais e Distritais.....	1005
1.3.	Bens Municipais.....	1005
2.	Quanto à Destinação.....	1005
2.1.	Bens de Uso Comum do Povo.....	1006
2.2.	Bens de Uso Especial.....	1006
2.3.	Bens Dominicais.....	1007
3.	Quanto à Disponibilidade.....	1008
3.1.	Bens Indisponíveis.....	1008
3.2.	Bens Patrimoniais Indisponíveis.....	1008
3.3.	Bens Patrimoniais Disponíveis.....	1009
V.	<b>Afetação e Desafetação.....</b>	1009
VI.	<b>Regime Jurídico.....</b>	1011
1.	Alienabilidade Condicionada.....	1011
2.	Impenhorabilidade.....	1012
3.	Imprescritibilidade.....	1012
4.	Não Onerabilidade.....	1014
VII.	<b>Aquisição.....</b>	1014
1.	Introdução.....	1014
2.	Classificação.....	1015

3.	Formas de Aquisição .....	1015
3.1.	Contratos .....	1015
3.2.	Usucapião .....	1016
3.3.	Desapropriação .....	1017
3.4.	Acessão .....	1017
3.5.	Aquisição <i>Causa Mortis</i> .....	1018
3.6.	Arrematação .....	1018
3.7.	Adjudicação .....	1019
3.8.	Resgate na Enfitese .....	1019
3.9.	Aquisição <i>Ex Vi Legis</i> .....	1019
<b>VIII.</b>	<b>Gestão dos Bens Públicos</b> .....	1021
1.	Sentido .....	1021
2.	Uso dos Bens Públicos .....	1021
3.	Formas de Uso .....	1022
3.1.	Uso Comum .....	1023
3.2.	Uso Especial .....	1023
3.3.	Uso Compartilhado .....	1024
3.4.	Cemitérios Públicos .....	1027
4.	Uso Privativo .....	1028
4.1.	Autorização de Uso .....	1030
4.2.	Permissão de Uso .....	1032
4.3.	Concessão de Uso .....	1034
4.4.	Concessão de Direito Real de Uso .....	1035
4.5.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia .....	1037
4.6.	Cessão de Uso .....	1041
4.7.	Formas de Direito Privado .....	1042
<b>IX.</b>	<b>Alienação</b> .....	1047
1.	Considerações Gerais .....	1047
2.	Competência Normativa e Reguladora .....	1047
3.	Instrumentos Comuns .....	1049
3.1.	Venda .....	1049
3.2.	Doação .....	1050
3.3.	Permuta .....	1052
3.4.	Dação em Pagamento .....	1052
4.	Instrumentos Específicos .....	1053
4.1.	Concessão de Domínio .....	1053
4.2.	Investidura .....	1054
4.3.	Incorporação .....	1054
4.4.	Retrocessão .....	1054
4.5.	Legitimação de Posse .....	1055
4.6.	Legitimação Fundiária .....	1055
<b>X.</b>	<b>Espécies de Bens Públicos</b> .....	1056
1.	Terras Devolutas .....	1056
2.	Terrenos de Marinha .....	1058
3.	Terrenos Acrescidos .....	1061
4.	Terrenos Reservados .....	1061
5.	Terras Ocupadas pelos Índios .....	1062
6.	Plataforma Continental .....	1063
7.	Ilhas .....	1063
8.	Faixa de Fronteiras .....	1065
9.	Subsolo e Riquezas Minerais .....	1067
<b>XI.</b>	<b>Águas Públicas</b> .....	1068
<b>XII.</b>	<b>Súmulas</b> .....	1070

<b>Índice Remissivo</b> .....	1073
-------------------------------	------

<b>Referências Bibliográficas</b> .....	1089
---	------